

PRESENÇA FOUCAULTIANA

LAURA VERGUEIRO

Michel Foucault esteve no Brasil pela última vez em 1975, fazendo uma série de conferências sobre temas que depois abordaria em *A Vontade de Saber*. Já naquela época, um grupo de pesquisadores do Rio começava a desenvolver um trabalho de inspiração nitidamente foucaultiana, e que foi publicado em 1978, tornando-se o primeiro estudo realizado entre nós sobre a Medicina e a Psiquiatria como instrumentos de poder. É este trabalho que passo a comentar (*).

Congregada em torno de organizações burocrático-administrativas, como a Fisicatura e o Potro-Medicato, a arte de curar apresentava, na colônia, forma totalmente diversa da que assumiria no século XIX: a ação se dava a posteriori, definida mais pela doença do que pela saúde, e não havia um projeto de Medicina Social. Apesar do pavor da lepra e das epidemias de peste, apesar dos movimentos repentinos contra os surtos de febre amarela — como o ocorrido no século XVII em Pernambuco —, os traços gerais da medicina colonial não se aproximavam do saber médico do século XIX, sendo antes elementos de ruptura que de continuidade: as medidas tomadas apareciam com a peste e desapareciam com ela, ficando entre o curativo e o preservativo.

Apesar desse caráter especial, aquela época já se preocupava em enquadrar a população dispersa e doente: o vice-rei Marquês de Lavradio empreendeu, durante o seu governo, um projeto de “militarização” da sociedade, no qual a cidade funcionava como princípio de ordenação da vida social e os hospitais tinham o caráter de instrumento político a serviço do governo. A doença como problema social ainda se achava fora do poder constituído da me-

(*) Roberto Machado, Angela Loureiro, Rogério Luz, Katia Muricy, *Danação da Norma*, Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil, Graal, Rio de Janeiro, 1978, 559 págs.

dicina, e as câmaras tomavam as providências necessárias, sobretudo no campo da higiene; o médico era um consultor dos poderes públicos, e o saber médico legitimava o saber do poder institucionalizado, sem nada propor de modo independente.

Com o século XIX, estabeleceu-se a relação entre Medicina e Sociedade, a saúde e o meio urbano passando a ser objetos privilegiados da reflexão e da prática médica, a ação precedendo a presença do mal, “vigilância contínua sobre o espaço e o tempo sociais”. A estratégia necessária à consolidação do saber nascente se armou em torno de órgãos institucionais que controlavam a vida da cidade e o exercício “a-científico” da Medicina. A vinda da família real deu grande impulso a esta luta, e, em 1808, quando mal pusera os pés na colônia, D. João criava a Intendência Geral de Polícia, que tinha por objetivo ordenar e normalizar a população. No ano seguinte seria criado o ensino cirúrgico na colônia e fundada a Provedoria da Saúde, reforçando o exercício da polícia médica. Mas foi com a fundação da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro que o novo saber médico ganhou o seu grande órgão organizador, ativo na defesa da ciência médica e da saúde pública, opositor ferrenho do charlatanismo, a cujo caráter “egoísta” opunha a função social, patriótica e civilizatória de uma Medicina inscrita no sonho da República dos Médicos: “O médico e a medicina são discretos, detestam a publicidade, mas seu saber é público. O charlatão procura a publicidade, anuncia nos jornais, mas seu saber é secreto” (p. 201).

No discurso da época, aparece claramente a relação entre Medicina e Estado, aquela se oferecendo a este como instrumento de paz e tranqüilidade e recebendo, em troca, a sua ajuda. A sociedade se medicalizava, a ação se desdobrando em diversos níveis; o conhecimento apresentava sua face nova e uma nova modalidade de intervenção e de prática; a Medicina tinha de se organizar como poder político porque políticas eram as lutas a empreender: “O despotismo produz doença; a liberdade é condição de saúde” (p. 254). No passado e no presente, a sociedade se mostrou egoísta, e foi governada de forma arbitrária e autoritária; já, no futuro, a intervenção da Medicina minoraria os males, servindo de base para a construção de uma ordem mais justa, assessora indispensável de qualquer governo esclarecido.

Dessa estreita relação resultou o caráter eminentemente urbano da Medicina do século passado, formuladora de uma teoria da cidade que pressupunha vigilância constante; a saúde pública era essencial para o bom funcionamento do Estado, e a Medicina devia defender o homem da desordem do próprio homem, o que levou

os médicos a se envolverem na teoria e no planejamento urbano, procurando, através da “intervenção totalizadora”, obter uma cidade submetida à norma do conhecimento.

O projeto de medicalização das instituições fez parte do “esquadramento urbano” levado a cabo pela Medicina que se tornava social, e obedeceu a dois grandes princípios: a expulsão do centro da cidade e a organização do espaço interno. O hospital deveria ser casa de saúde e instrumento de pesquisa; o cemitério tinha de ir para fora da cidade para impedir que os corpos em decomposição contaminassem o ar; a escola era vista como fonte de saúde e objeto de intervenção e controle; no quartel, o recrutamento “científico” visava homogeneizar a caótica população de mestiços; a prisão, uma vez disciplinada e medicalizada, impedia a produção e reprodução do crime; higienizado, o bordel — “seguro espaço de descarga da sexualidade” — era extremamente necessário; a fábrica, já naquela época, era tida como agente poluente pernicioso à cidade e aos que nela trabalhavam.

O negro foi uma pedra no caminho dessa medicina urbana, que nele via fonte de doença e de morte. Entretanto, não foi a escravidão urbana como mão-de-obra que preocupou os médicos, mas a escravidão doméstica, propiciadora de contato prolongado entre ama de leite e criança branca, entre senhor e mucama, relaxando os costumes e contaminando a moral. Aliás, a realidade específica da escravidão não se colocou para a medicina, que enxergou o escravo com os mesmos olhos que a Europa tivera para o operário da indústria.

No seu avanço, a Medicina Social se utilizou largamente da recém-nascida Psiquiatria. Com o segundo reinado, criou-se o hospício D. Pedro II (1841), fruto da aliança entre Medicina e Política: quem levou a cabo a tarefa da fundação foi o veterano José Clemente Pereira, benemérito da Santa Casa e personagem da cena política desde a época de D. João VI. O hospício surgiu como um poder disciplinar e obedeceu a uma “pedagogia da ordem”; era lugar onde a ação terapêutica se desenvolvia com “doçura” e firmeza. O isolamento, a vigilância constante, a preocupação com uma distribuição racional do tempo, a valorização do trabalho e do controle individual marcavam a instituição, apontando para seu caráter repressivo. Nessa época, começaram também a aparecer os discursos sobre a loucura, calcados em Esquirol e na produção francesa; no Brasil, o primeiro trabalho sobre alienação mental é de 1837, de autoria do dr. Silva Peixoto. Mas a psiquiatria no Brasil não surgiu como uma idealidade discursiva, e sim como prática eficaz e positiva, atingindo diretamente o corpo das pessoas

e colocando todos os indivíduos sob suspeita de anormalidade; através dela, o médico penetrou na vida social, o hospício sendo o instrumento básico dessa ação: “Medicaliza-se não apenas o ato, mas a totalidade de uma vida” (p. 404).

A figura do médico era fundamental no hospício, pois sem ele de nada adiantavam as drogas e os medicamentos; entretanto, o extremo despreparo do corpo de enfermeiros gerava violência e até a morte dos pacientes, o que chegou a ocorrer no hospício D. Pedro II. Lugar de correção da anormalidade, o hospício acabou por se tornar, no Brasil, “um corpo anômalo, submetido a potências estranhas que fizeram dele local secreto de repressão violenta, de ignorância e de vício, agravo e não alívio do mal físico e moral” (p. 461). A instituição não curava e não produzia conhecimento, a “seqüestração” do louco assumindo, através da psiquiatria, caráter não-arbitrário e de defesa dos interesses coletivos.

A estreita vinculação entre Medicina e Poder aparece mais uma vez refletida na eleição de Teixeira Branco para o Parlamento; antigo diretor do hospício D. Pedro II, o médico conseguiu a aprovação de uma lei que fazia do hospício o único lugar apto a receber loucos e da psiquiatria a maior autoridade nacional sobre a loucura: esta se tornava, assim, uma questão de Estado, apoio das instituições republicanas e legitimadora da intervenção estatal na Medicina. A estatização do hospício foi uma conquista tática indispensável à estratégia da normalização; entretanto, a demanda dessa normalização do louco não foi feita pelo corpo social inteiro, mas por “uma elite médica que se instala, ao mesmo tempo, dentro e fora do Estado” (p. 489). Em suma, essa é a experiência de um governo “paternal e autoritário que tem por objetivo medicalizar, mesmo se é incapaz de medicar” (p. 491).

Sobre a ineficiência do hospício, o discurso psiquiátrico construiu a fundamentação da necessidade da disciplina; o governo dos loucos, das prostitutas, dos doentes, dos soldados, permitiu a aplicação de técnicas médico-políticas de controle em proveito de um Estado que orientou medicamente a sua ação legal. Quanto mais íntima a relação entre Medicina e Estado, mais abrangente a ação normalizadora, sob cuja luz se concebeu o progresso da nação. A utopia do discurso médico residiu na projeção da imagem de um esquema de governo capaz de enfrentar, através do conhecimento e da intervenção, as dificuldades e resistências oferecidas “por uma população que pretende, permanentemente, escapar a seu controle; por uma população para quem norma é danação” (p. 492).

* * *

A história é reescrita sem cessar — na feliz expressão de Adam Schaff — porque cada época tem o seu campo epistemológico — como diria Michel Foucault —, ou simplesmente “porque cada cabeça é um mundo”, como ouvi de um vendedor ambulante que assim explicava o fato de certas pessoas gostarem de suas gravatas, e outras não. Os autores de *Danação da Norma* trilharam, indubitavelmente, o caminho que Michel Foucault vem apontando há quase vinte anos, e que, quer se concorde com ele, quer não, cada vez mais se configura como dos mais fecundas e originais deste fim de século. A linguagem é foucaultiana, foucaultiana a maneira de pensar e de estabelecer relações; esta influência, altamente salutar em alguns pontos, quase chega a ser nefasta em outros, não fosse o mérito dessa obra pioneira sobre o surgimento da Medicina e da Psiquiatria no Brasil.

Quais os textos de apoio desse trabalho, além dos do filósofo-historiador francês? Na sua maior parte, teses das faculdades de Medicina — sobretudo das do Rio e Bahia — que durante todo esse tempo ficaram esquecidas, ou que, desde a utilização que delas fez Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*, não foram abordadas pelos cientistas sociais. Através desses trabalhos universitários, os autores seguiram os passos do saber médico na sua luta pela afirmação, chegando muitas vezes a conclusões que esses médicos do século passado dificilmente endossariam, pois colocam em questão a famosa neutralidade científica da Medicina. Porém, excetuando-se a parte inicial sobre colônia, muito bem documentada, o trabalho se ressentia da falta de outros tipos de documentos, o que o torna pouco movimentado, extremamente preso ao aspecto institucional da Medicina e à própria Medicina enquanto discurso específico, separado dos outros discursos produzidos pela sociedade. A exposição dos documentos nem sempre é das mais felizes. Deixar o documento falar é uma arte dominada com mestria pelo próprio Michel Foucault — veja-se o extraordinário começo de *Vigiar e Punir*, onde o suplício do pobre Damiens arranca lágrimas até das pedras, sem falar no depoimento de Pierre Rivière —, mas fundamentalmente diferente da citação excessiva adotada pelos autores de *Danação da Norma*, que acaba por tirar a dimensão histórica dos textos citados e diluí-los no discurso dos autores.

Uma das mais belas lições a serem tiradas do mestre francês se encontra no prefácio à primeira edição da *História da Loucura*, quando diz que, ao abordar o tema da loucura, não procurou fazer a história do discurso psiquiátrico, mas a arqueologia do seu silêncio, daquilo que ele não disse; em todas as suas obras de história — um pouco menos em *Nascimento da Clínica*, muito na já citada *História da Loucura* e em *Vigiar e Punir* —, a história dos mecanismos de poder que se articulam sobre a sociedade sempre acaba por lançar

luz sobre os seus recônditos mais ocultos, sobre as suas minorias mais esquecidas: mesmo quando não o desejou deliberadamente, Foucault escreveu uma história daqueles que habitualmente não têm direito à História.

Dessa lição, *Danação da Norma* aproveitou muito pouco, e apesar das páginas bonitas sobre a cidade e a urbanização, apesar de excelentes lampejos sobre a população heterogênea e “amorfa” que carecia enquadrar, apesar do tratamento dado à vadiagem e à preguiça “congenitas” do nosso povo — que mesmo se pouco aprofundado, é um dos melhores enfoques que já se deu ao problema —, o tom geral do livro é o de uma história das instituições bastante convencional. Muito se fala da medicalização, quase nada dos medicados.

Com defeitos e méritos, cheio de altos e baixos, o livro apresenta falhas facilmente corrigíveis. Um livro de história é também um romance que fascina, ou, se não é, deveria ser. O prazer do texto de torna impossível numa obra visivelmente escrita a quatro mãos, desconjuntada, onde a cada página se tropeça com uma repetição do que já foi dito e redito na parte anterior, onde os galicismos e — o que é muito mais grave — as construções francesas dão a todo momento a impressão de se estar lendo uma obra traduzida. O que não deixa de ser sintomático numa época em que se clama contra o colonialismo cultural, pois se os textos universitários brasileiros eram recheados com citações francesas, a presença da matriz cultural se encontra, agora, no seio do próprio discurso, na maneira de pensar e de escrever, quase que indissociável dele.

É marcante, em todo o livro, a presença da estreita relação entre o nascimento do Estado e o nascimento da Medicina, entre Medicina e Poder, ou seja, a utilização instrumental que o Estado faz do saber médico. A idéia não é original, mas isso pouco importa: ela é boa, e contrariamente ao que afirmam muitos dos críticos de Foucault, não minoriza a ação do Estado, mostrando-a em toda a sua complexidade, desnudando os mecanismos acionados para envolver o corpo social.

A excessiva fidelidade ao Mestre impede muitas vezes que *Danação da Norma* desvende o que é específico à sociedade brasileira — como o próprio escravismo, tocado de raspão pelos autores —, e reforça os pontos comuns existentes entre Brasil e Europa, apagando as diferenças. O que é anti-histórico por um motivo muito simples: o privilégio do que é comum corta pela raiz a existência de várias histórias e a possibilidade de se reescrever a história sem cessar, indo frontalmente contra a noção de história como movimento. Se os autores tivessem levado essas implicações às últimas conseqüências, *Danação da Norma* não existiria. O que, apesar dos pesares, seria uma perda e um atraso.